

**CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado o **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.616.827/0001-12, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 2473, 2º andar, bairro Bosque, nesta cidade de Rio Branco (AC), adiante denominado abreviadamente **SESC** ou **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente **Leandro Domingos Teixeira Pinto**, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº 46.527 (SSP/AC), CPF nº 040.757.222-87, residente e domiciliado nesta Capital; e, de outro lado, **INVIACRE SEGURANÇA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 07.134.755/0001-28, com sede na Rua Djalma Dutra, nº 1301, bairro 25 de agosto, na cidade de Cruzeiro do Sul (AC), adiante denominada abreviadamente **CONTRATADA**, representada por seu sócio administrador **João Soares de Oliveira**, brasileiro, casado, empresário, RG nº 332607 (SSP/RO), CPF nº 219.740.552-72, residente e domiciliado cidade de Cruzeiro do Sul (AC), resolvem celebrar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**PRIMEIRA – DO OBJETO** – O presente instrumento tem por objeto a execução, pela CONTRATADA, de serviços de vigilância e segurança armada ostensiva nas dependências do CONTRATANTE adiante relacionadas conforme especificações constantes do processo de licitação nº 013/2015 (Pregão Presencial), que para todos os fins de direito constitui parte integrante do presente contrato.

- a. Local: **Sesc Bosque**  
End.: Av. Getúlio Vargas, nº 2603, bairro, Bosque, na cidade de Rio Branco (AC).  
Posto(s): 03 (três) postos de 24 (vinte e quatro) horas, de segunda-feira a Domingo.
- b. Local: **Sesc Condomínio**  
End.: Av. Getúlio Vargas, nº 2473, bairro, Bosque, na cidade de Rio Branco (AC).  
Posto(s): 01 (um) posto de 24 (vinte e quatro) horas, de segunda-feira a Domingo.
- c. Local: **Sesc Centro**  
End.: Av. Brasil, nº 713, Centro, na cidade de Rio Branco (AC).  
Posto(s): 1 (um) posto de 24 (vinte e quatro) horas, de segunda-feira a Domingo.
- d. Local: **Sesc Brasília**  
End.: Rua João Jovino de Oliveira s/n, bairro Eldorado, na cidade de Brasília (AC).  
Posto(s): 1 (um) posto de 12 (doze) horas noturno (de 18:00 às 06:00 h), de segunda-feira a Domingo.
- e. Local: **Sesc Plácido de Castro**  
End.: Rodovia AC-40, s/n, Centro, Plácido de Castro (AC).  
Posto(s): 1 (um) posto de 12 (doze) horas noturno (de 18:00 às 06:00 h), de segunda-feira a Domingo.
- f. Local: **Sesc Senador Guimard**  
End.: Rua Barão do Rio Branco, s/n, Centro, Senador Guimard/AC  
Posto(s): 1 (um) posto de 12 (doze) horas noturno (de 18:00 às 06:00 h), de segunda-feira a Domingo.

**Parágrafo Único** – A critério do SESC, os serviços poderão ser reduzidos ou acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor original do contrato, devidamente corrigido.

**SEGUNDA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO SERVIÇO** – Pela prestação do serviço ora ajustado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, mensalmente, a importância de **R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais)**, nela incluídas todas as despesas com salários, encargos sociais, tributos, descontos, emolumentos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, contribuições fiscais e parafiscais, materiais, uso de equipamentos, uniformes, administração, transportes, impostos, despesas diretas e indiretas em geral e demais condições de fornecimento necessárias em decorrência, direta e indireta, da execução do objeto deste Contrato.

**Parágrafo Primeiro** – Os serviços serão prestados por empregados da CONTRATADA, aos quais caberão executar as tarefas definidas em conjunto pelas partes, observado o disposto na Cláusula QUARTA.



**Parágrafo Segundo** - O preço acima estipulado poderá ser reajustado, mediante formalização de termo aditivo, obedecendo ao mesmo índice, data e percentual da variação salarial concedido para a categoria profissional dos vigilantes do Estado do Acre, por força de dispositivos legais, dissídio coletivo, convenção coletiva, acordo coletivo ou contrato coletivo de trabalho, cabendo à **CONTRATADA** comunicar por escrito ao **CONTRATANTE** eventual necessidade de aumento do custo do serviço.

**Parágrafo terceiro** - Caso o **CONTRATANTE** não concorde com o aumento proposto pela **CONTRATADA**, poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da comunicação recebida da **CONTRATADA**, optar pela rescisão imediata do contrato, sem que isso importe no pagamento de qualquer valor adicional à **CONTRATADA**, seja a que título for.

**TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO** - O pagamento devido em contraprestação aos serviços executados será realizado todo dia 25 de cada mês imediatamente subsequente ao vencido, com base na Nota Fiscal previamente entregue pela **CONTRATADA** na sede do **CONTRATANTE**, condicionado à entrega dos seguintes documentos:

- comprovante do pagamento dos salários dos empregados utilizados na prestação dos serviços, relativo ao mês a que se referir o pagamento;
- prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Conjunta expedida Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, da sede da empresa (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02/10/2014);
- prova de regularidade com o FGTS relativa ao mês a que se referir o pagamento;
- prova de regularidade com a Fazenda Municipal, correspondente ao ISS;
- prova de pagamento integral das obrigações trabalhistas relativas ao mês da prestação dos serviços, bem como das demais obrigações (férias, décimo terceiro, indenizações trabalhistas etc);
- prova de recolhimento integral do FGTS dos funcionários e prestação de informações à Previdência Social, através da GFIP relativa ao mês a que se referir a prestação dos serviços, acompanhada de protocolo de envio de arquivos;
- comprovante de fornecimento integral dos vales-transporte e dos vales alimentação e/ou refeição, referente ao mês da prestação dos serviços;
- resumo do controle de frequência de seus empregados, constando os afastamentos e as correspondentes coberturas;
- comprovante de pagamento do 13º salário, quando for o caso;
- resumo dos períodos de concessão de férias dos empregados e o correspondente pagamento do adicional de férias; e
- certidão de Regularidade fiscal emitida pela Fazenda Estadual.

**Parágrafo Primeiro** - Os pagamentos serão realizados através depósito/transferência bancária na conta indicada pela **CONTRATADA**, sendo expressamente vedada a emissão de boletos bancários.

**Parágrafo Segundo** - O **CONTRATANTE** efetuará as retenções que incidem ou venham a incidir sobre cada pagamento realizado, na forma da legislação em vigor.

**Parágrafo Terceiro** - Não será admitida antecipação de pagamento de qualquer natureza ou negociação de títulos com instituições financeiras.

**Parágrafo Quarto** - Caso não haja expediente no SESC no vencimento do prazo para pagamento da Nota Fiscal, fica o mesmo prorrogado para o 1º dia útil imediatamente subsequente.

**Parágrafo Quinto** - A contratada não receberá pagamentos:

- enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haja qualquer direito à atualização monetária; e/ou
- enquanto não for entregue toda a documentação exigida pelo Sesc.

**QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** - Constituem obrigações da **CONTRATADA**, não cabendo qualquer ônus adicional ao **CONTRATANTE**, exceto quando expressamente estabelecido:

- exercer a vigilância e proteção do patrimônio do **CONTRATANTE**, nas áreas sob sua responsabilidade;





- b. empregar na execução do objeto deste Contrato mão-de-obra especializada, com treinamento e experiência profissional comprovada, substituindo prontamente qualquer profissional cuja conduta seja julgada inconveniente pelo CONTRATANTE, devendo ainda apresentar, no prazo de até 15 (quinze) dias após o início dos serviços ou substituição de empregado, cópias das carteiras de trabalho dos empregados constando o registro dos contratos de trabalho, observado o prazo legal para assinatura;
- c. fornecer uniformes, calçados, armas (revólver calibre 38), capas de chuvas, colete balístico, crachás de identificação, livro de ocorrências, lanternas e dispositivo eletrônico de controle de ronda e demais equipamentos para a equipe de vigilância, compatíveis com o ambiente onde será executado o serviço objeto deste Contrato, assim como fornecer e manter em perfeito funcionamento os aparatos necessários à execução do serviço objeto deste contrato;
- d. manter livro para registro de ocorrências, o qual permanecerá nas dependências do CONTRATANTE, nele registrando as irregularidades eventualmente verificadas em cada turno de trabalho, a fim de que sejam tomadas as providências pertinentes;
- e. estabelecer em comum acordo com o CONTRATANTE os horários e itinerários diários de rondas a serem realizadas;
- f. atender de imediato às orientações do fiscal de contrato designado pelo SESC, quanto à execução dos serviços contratados, refazendo as inadequações sem ônus adicionais ao CONTRATANTE;
- g. fazer cumprir as normas do CONTRATANTE quanto ao acesso de pessoas às dependências sob a sua guarda;
- h. verificar as instalações elétricas nas áreas externas, fazendo o seu desligamento quando necessário ou determinado;
- i. respeitar normas e procedimentos administrativos adotados pelo CONTRATANTE, assim como medidas de segurança e higiene e medicina do trabalho, na forma da legislação vigente, responsabilizando-se por quaisquer transgressões, de sua parte ou por parte de seus empregados;
- j. estabelecer, em comum acordo com o CONTRATANTE, os procedimentos gerais a serem adotados na execução dos serviços;
- k. aplicar, nas atividades diárias, os princípios de relações públicas e humanas recebidos nos cursos de formação, atendendo ao público, orientando-o e prestando-lhe informações, orientando os empregados designados para a execução dos serviços objeto deste Contrato para que tratem com presteza e boa educação todos os frequentadores dos espaços do CONTRATANTE, dispensando especial atenção aos portadores de necessidades especiais e/ou aqueles com mobilidade reduzida;
- l. manter atualizadas as obrigações e autorizações perante os poderes públicos competentes, sejam específicas das empresas do ramo, sejam de caráter geral, bem como perante outros órgãos reguladores instituídos por lei, tanto os existentes quanto os que porventura sejam criados no decorrer da execução do presente contrato;
- m. adotar medidas, em comum acordo com o CONTRATANTE, para prevenção de acidentes ou incidentes de trabalho, responsabilizando-se por estes e por eventuais danos causados por pessoas sob sua responsabilidade, durante o horário de trabalho, ao patrimônio do CONTRATANTE ou de terceiros, isentando o CONTRATANTE de quaisquer reclamações ou indenizações que possam surgir em consequência dos mesmos;
- n. tomar as providências cabíveis em caso de acidentes ou outras anormalidades, notificando imediatamente o representante do CONTRATANTE, por ele indicado para acompanhar a execução dos serviços;
- o. responsabilizar-se por quaisquer processos ou ações, judiciais ou administrativas, surgidas em decorrência da execução do objeto deste Contrato, quer sejam causados por ação, omissão, imprudência, imperícia ou negligência de seus empregados;
- p. franquear e facilitar, ao CONTRATANTE ou preposto devidamente credenciado, a fiscalização do serviço objeto deste Contrato fornecendo, quando solicitados, todos os dados relativos ao mesmo, que sejam julgados necessários ao bom entendimento e acompanhamento do serviço, sem que tal fiscalização implique em transferência de responsabilidade para o CONTRATANTE ou seu preposto, bem como permitir a seus empregados e prepostos, depor em apurações periciais executadas pelo CONTRATANTE;
- q. responsabilizar-se por atos dolosos, culposos e/ou omissivos de seus empregados e/ou prepostos, praticados no horário do serviço, ressarcindo quaisquer prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros;



- r. responsabilizar-se pela integridade dos bens móveis e imóveis do CONTRATANTE, durante todo o período em que estiverem sob sua guarda, obrigando-se a promover a reposição dos prejuízos porventura verificados no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da notificação efetuada pelo CONTRATANTE, sob pena de desconto na fatura imediatamente vincenda;
- s. proibir seus prepostos de fazer uso dos telefones para ligações interurbanas, sendo que as ligações locais só poderão ser realizadas em caso de urgência e no estrito interesse do serviço, sob pena de arcar com o ressarcimento, ao CONTRATANTE, dos valores referentes às ligações indevidamente realizadas;
- t. controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas fora do horário normal de expediente, permitindo apenas quando devidamente autorizado seu ingresso, anotando no livro de ocorrências nome, identidade, horário de entrada e saída, retendo a autorização, que deverá especificar os locais acessados e as tarefas e serem cumpridas;
- u. coibir a entrada de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações sem que estejam devidamente autorizados pela fiscalização do contrato;
- v. não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados;
- w. manter, sem interrupção, quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços contratados. Não serão aceitas justificativas para falta de empregados, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados. Os empregados da Contratada não terão, em hipótese alguma, relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- x. providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais;
- y. manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do presente contrato, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;
- z. executar outras tarefas correlatas e de mesmo nível de complexidade.

**Parágrafo Primeiro** – O dispositivo eletrônico de controle de ronda deverá ser fornecido acompanhado de, no mínimo, 3 (três) pontos de verificação e software de configuração e tratamento, ficando assegurado ao SESC o acesso aos respectivos dados.

**Parágrafo Segundo** – Os vigilantes deverão usar armamentos permitidos pelas autoridades competentes, assim como possuir porte de arma, quando no exercício da atividade, na forma da lei.

**Parágrafo Terceiro** – As armas e munições utilizadas serão de propriedade e responsabilidade da CONTRATADA e deverão ser mantidas na posse dos vigilantes em serviço.

**Parágrafo Quarto** – A CONTRATADA deverá apresentar ao SESC a relação das armas (cópias autenticadas dos registros) que deverão ser utilizadas somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salva-guarda do patrimônio do CONTRATANTE, após esgotados todos os meios para a solução de eventual problema.

**QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO SESC** – Constituem obrigações do CONTRATANTE, além de outras previstas ou decorrentes do Contrato, as seguintes:

- a. permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA em suas dependências, para fins de realizar a prestação dos serviços contratados;
- b. fornecer a CONTRATADA todas as informações necessárias à execução do serviço contratado;
- c. indicar à CONTRATADA o funcionário que ficará responsável pelo acompanhamento da execução do presente contrato;
- d. acompanhar, fiscalizar, conferir e proceder a aceitação do serviço executado pela CONTRATADA;
- e. Registrar, em termo próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas;
- f. efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, de conformidade com o previsto neste instrumento;
- g. sustar qualquer serviço que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária e ainda, notificar a CONTRATADA a restabelecer e manter a regularidade contratual sob as penalidades aplicáveis;
- h. rejeitar a prestação dos serviços, objeto do presente instrumento, por terceiros;



- i. comunicar à CONTRATADA acerca de quaisquer alterações relativas ao objeto deste contrato; efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no presente instrumento;
- j. executar em comum acordo e através da CONTRATADA quaisquer alterações no efetivo, normas, procedimentos e demais peculiaridades pertinentes à execução do objeto deste Contrato, inadmitindo-se ordens diretas de alterações aos empregados da CONTRATADA; e
- k. executar sindicância, ou outro instrumento pericial adequado para apuração de responsabilidades, se tal medida for julgada necessária pela CONTRATADA.

**Parágrafo Único** – O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta Cláusula, bem como a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias poderá configurar, conforme o caso, inexecução total ou parcial do contrato, podendo implicar em rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no presente instrumento e demais cominações legais.

**SEXTA – DO PRAZO, DENÚNCIA E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL** – O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir desta data, podendo ser denunciado pelas partes, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, qualquer que tenha sido o tempo decorrido de vigência.

**Parágrafo Único** – Decorrido o prazo estabelecido no subitem anterior, sem oposição formal de qualquer das partes, o presente contrato poderá ser prorrogado por igual período, mediante aditivo, observado o limite de 60 (sessenta), podendo ser igualmente denunciado pelas partes, na forma estabelecida no item anterior.

**SÉTIMA – DA RESCISÃO E PENALIDADES** – O presente contrato será considerado extinto ou rescindido nas seguintes condições:

- a. Por inadimplemento total ou parcial do serviço contratado, ficando a CONTRATADA sujeita às penalidades a seguir descritas:
  - a.1. Advertência;
  - a.2. Rescisão contratual, com aplicação de multa;
  - a.3. Impedimento de licitar com o SESC-DR/AC por até dois anos.
    - a.3.1. A critério do SESC-DR/AC, as sanções poderão ser cumulativas
    - a.3.2. Independente das penalidades acima, a CONTRATADA se obriga a descontar do valor pactuado na Cláusula SEGUNDA as faltas e atrasos porventura existentes dos seus empregados utilizados na execução dos serviços objeto deste Contrato à razão do valor homem/hora por cada hora de falta verificada;
    - a.3.3. Será tolerado o atraso de 15 (quinze) minutos, sem efetuar o desconto acima mencionado, porém para atrasos ou ausências superiores a 15 (quinze) minutos será considerado o valor de UMA HORA INTEIRA, para efeito de desconto no preço dos Serviços Contratados.
- b. Além do previsto na alínea "a" acima, a rescisão contratual poderá ocorrer:
  - b.1. Pela decretação de falência, deferimento de concordata, liquidação e/ou estado de insolvência de quaisquer das partes;
  - b.2. Por qualquer outro motivo de caráter superveniente e de força maior, que torne impossível o cumprimento das obrigações ora assumidas.
- c. Em quaisquer casos de rescisão previstos nas alíneas "a", "b.1" e "b.2", o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, as quantias devidas até a data da rescisão, descontados os eventuais débitos, multa e/ou outros custos atribuíveis à CONTRATADA.
- d. A rescisão poderá ainda ocorrer a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer das partes, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, hipótese em que não incidirá qualquer penalidade.
- e. Ressalvadas as hipóteses acima, a parte que der causa ao descumprimento de qualquer das cláusulas constantes do presente contrato ficará obrigada a pagar à outra, a título de multa rescisória, o valor correspondente a um mês de prestação de serviços.



- f. Caso a CONTRATADA não quite a penalidade que lhe for aplicada, no prazo definido pelo CONTRATANTE, poderá este acionar a garantia vinculada a este Contrato.

**OITAVA - DA RENÚNCIA DE DISPOSITIVOS CONTRATUAIS** - Nenhuma das disposições deste Contrato poderá ser considerada renunciada, salvo se tal renúncia for especificamente formalizada através de instrumento aditivo. O fato de uma das partes contratantes tolerar qualquer falta ou descumprimento de obrigações da outra não importa em alteração do Contrato e nem induz novação, ficando mantido o direito de se exigir da parte faltosa ou inadimplente a qualquer tempo, a cessão da falta ou cumprimento integral de tal obrigação.

**NONA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL** - Fica expressamente estipulado que, na prestação dos serviços constantes das Cláusulas deste Contrato, não caberá qualquer responsabilidade à CONTRATADA decorrente de acidentes porventura havidos com pessoas e bens, exceto aqueles que sejam decorrentes direta e exclusivamente dos atos ou omissões dela, CONTRATADA, e/ou por pessoas por ela designadas para a consecução destes serviços.

**DÉCIMA - DA DECLARAÇÃO LEGAL** - Declara a CONTRATADA, sob as penas de lei, que se encontra no pleno exercício de suas atividades comerciais, quite com todos os recolhimentos fiscais, trabalhistas e previdenciários que seus sócios cotistas não possuem qualquer grau de parentesco com os administradores do CONTRATANTE.

**DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO** - As partes elegem o foro desta cidade de Rio Branco (AC) para dirimir quaisquer questões suscitadas por força do presente contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo.

Rio Branco (AC), 01 de maio de 2015.

Pelo SESC:



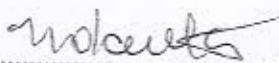
Leandro Domingos Teixeira Pinto  
Presidente AR-SESC/AC

Pela CONTRATADA:

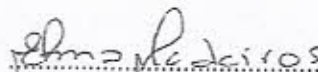


Joaz Soares de Oliveira  
Sócio administrador

TESTEMUNHAS:



Débora Lopes Dantas  
RG nº 140303 (SSP/AC)



Elma Milena Silva de Medeiros  
RG nº 262740 (SSP/AC)

Ivan Cordeiro Figueiredo